

Constituinte deve limitar estatização, propõe Luís Eulálio.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio Vidigal, disse ontem em Belo Horizonte, que a Constituinte deverá definir melhor "a forma ou o tipo de economia, o exercício do poder na economia, os direitos e garantias econômicas e o próprio conceito de governo na economia". Segundo ele, os empresários querem que a nova Constituição evite a interferência do Estado na economia, hoje já ultrapassando todos os limites normais de um país livre, democrático "e que se diz capitalista".

Para o empresário paulista, a Constituinte deve ser a "manifestação aberta de conflitos de toda espécie" e ele julga inquestionável a necessidade de uma "Constituição econômica". Segundo Vidigal, o Estado, a pretexto de assegurar a todos a vida digna, tem avançado "sofregamente pelo campo da economia. Não só para controlar ou disciplinar a atuação dos particulares nas atividades econômicas, como para exercer ele próprio a atividade econômica por meio de uma diversificada flora de instituições, o que é pelo menos discutível para todo aquele que não adira a um credo coletivista. E, no campo legítimo do controle e da regulamentação, indubitavelmente tem ido lon-

ge demais, sufocando a empresa privada".

Vidigal, durante almoço promovido pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), afirmou que o Estado deve zelar, no plano econômico, pelo interesse geral. "Caberá à União, por meio do entendimento entre o trabalho e o capital, planejar o desenvolvimento econômico nacional e regional".

Para Vidigal, o Estado não pode criar empresas que façam competição ao setor privado. "Excepcionalmente, poderá, desde que autorizado por lei complementar, criar empresas em setores não ocupados pela iniciativa privada ou por motivos de segurança nacional."

Luís Eulálio Vidigal dedicou boa parte de sua fala à lei de greve e o direito de locaute. Condenou as "greves políticas e de solidariedade", e as desencadeadas depois de assinados convenção ou acordos coletivos. Ele entende que o locaute poderia ser utilizado pelos empresários "com o intuito de defender a incolumidade de seu estabelecimento em caso de greve" de seus empregados.

Em entrevista, Vidigal disse ser responsabilidade de todos saber votar e eleger os futuros constituintes. Negou a existência de uma

"caixinha" de Cr\$ 4 trilhões, formada por contribuições de empresários, com fins políticos e disse não ser candidato a nenhum cargo eletivo. Também defendeu maior participação das entidades sindicais junto ao Poder Legislativo, "bastante esvaziado".

9 NOV 1985

Apoio

O industrial Antônio Guarino, presidente da Fluperme (Associação Fluminense das Pequenas e Médias Empresas), qualificou de criativa e acertada a decisão do governo de destinar em 1986, para as microempresas, Cr\$ 1,5 trilhão do produto da venda das ações de empresas estatais em poder do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Uma das condições fundamentais para o êxito da iniciativa, insistiu Antônio Guarino, é que as taxas de juros da transferência dos recursos não sejam aumentadas "por fora", com acréscimo de uma série de exigências às empresas tomadoras dos recursos, o que comumente acontece nas operações com bancos comerciais, tais como saldo médio e pagamento de seguros. Por esta razão, Guarino defende o repasse do fundo de Cr\$ 1,5 trilhão através dos bancos oficiais.

"Boas intenções"

"De bem-intencionados o inferno está cheio, e eu sou como São Tomé: tenho de ver para crer. O que vejo ainda é muita retórica. Quero ver se o governo conseguirá sair desta retórica para a praxis." Foi o que comentou ontem, em Porto Alegre, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luiz Octávio Vieira, a propósito do plano divulgado pelo presidente da Comissão Especial de Desestatização, Dimas Camargo Maia Filho.

Para Vieira, as decisões complementares ao programa anunciadas por Maia Filho são boas, e a idéia de criação de um fundo especial de crédito para as microempresas com os recursos que serão obtidos com a venda das empresas estatais é "engenhosa". "Final, o que as microempresas precisam é de mais crédito, e não deste sonho fantástico de dispensa de documentos, de isenções de imposto e de outras coisas mais."

De qualquer maneira, ele prefere esperar para ver se o governo conseguirá efetivamente desenvolver seu programa. "Se conseguir, será muito bom, e será uma demonstração de que está exercendo o poder."